

## REQUERIMENTO Nº           , DE 2015

Nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja convocado a prestar depoimento na Comissão de Relações Exteriores, o Exmo. Sr. Embaixador Mauro Vieira, Ministro de Estado das Relações Exteriores, a fim de explicar o posicionamento do governo brasileiro em relação aos fatos que estão ocorrendo na Venezuela em função das ações ditatoriais do governo Nicolas Maduro.

### JUSTIFICAÇÃO

A Venezuela, que já foi uma das mais estáveis democracias da América do Sul, encontra-se submetida desde o tempo do Presidente Chávez a um regime ditatorial que despreza as liberdades e garantias individuais, persegue ferozmente os opositores e destrói as forças produtivas daquele país. Tudo isto em nome de um projeto de poder que beneficia uma elite dirigente, manipulando uma massa de manobra dos mais diversos interesses.

A Venezuela que já apresentou uma economia dinâmica, possuidora de enormes reservas de petróleo, encontra-se hoje a beira do colapso econômico fruto das políticas ditas socialistas do governo do tiranete de plantão, Nicolas Maduro, que gerou o total desestímulo a iniciativa privada, fazendo que os bens mais comuns em uma economia encontrem-se em escassez quase que absoluta, como o caso simbólico do papel higiênico. Mas, na verdade, o desabastecimento é total, a corrupção graça livremente e não se tem nenhum incentivo a investir. Recentemente, descobriu-se que o tirano anterior Hugo Chavez desviou mais de US\$ 12 bilhões para contas em paraísos fiscais.

Na esteira deste caos econômico, cada vez mais o regime político de Nicolas Maduro usa de instrumentos ditatoriais, perseguindo

qualquer resistência a seu regime de terror. Já no ano passado, a Deputada venezuelana Maria Corina Machado havia vindo ao Brasil e denunciado a escalada autoritária do regime venezuelano. Isto logo após a rebelião do início do ano passado em que a população da Venezuela tentou chamar a atenção para o que ocorria em termos de evolução ditatorial naquele país. Contudo, ocorreu pouco apoio da comunidade internacional e o que mais preocupou foi o silêncio criminoso dos países da América do Sul em relação ao massacre de civis, repressão à informação, bem como prisões ilegais de qualquer liderança que não concordasse com os métodos fascistas do tirano de plantão.

O mais recente fato perpetrado pelo tiranete foi avançar sobre as prerrogativas políticas e prender mais um opositor ao seu governo criminoso. Desta feita, foi o prefeito da capital Caracas, Antonio Ledezma, acusado, nos velhos moldes stalinistas (usado por todos os países ditatoriais) de “tramar um golpe” contra o governo. Agentes de sua polícia política o prenderam em seu escritório na quinta-feira da semana passada. O político foi encaminhado pelo tirano Nicolas Maduro para a prisão militar de Ramo Verde, onde já se encontra outro líder da oposição, Leopoldo Lopez, está preso há um ano. A saber que a própria Anistia Internacional acusa que este último está sendo vítima de tortura e de violação de seus direitos humanos.

A oposição disse que a prisão de Ledezma é prova de que um Maduro cada vez mais impopular está reprimindo a dissidência para se manter no poder e distrair os cidadãos da escassez crônica de produtos básicos, a mais alta inflação da região, recessão, além da elevada criminalidade. De fato, a escalada ditatorial do tiranete Nicolas Maduro pode ser sim a tentativa de calar de vez qualquer oposição a seu governo antidemocrático.

Resumindo, esta semana, o tirano sanguinário mais uma vez investe contra o povo de seu país, violando qualquer princípio de direitos humanos, prendendo opositores, torturando pessoas, matando aqueles que não se curvam a sua opressão. Paralelamente, reprime a liberdade de opinião, destrói propriedades privadas. Tudo para que possa perpetuar o seu ciclo de maldades e agonia que sofre o bravo povo venezuelano.

Neste sentido, esta Casa, como representante da federação brasileira, não pode se calar e faz-se necessário quer seja convocado a prestar depoimento nesta Casa o Chanceler brasileiro, Senhor Embaixador Mauro Vieira, pois é inaceitável que o Brasil não tome atitudes fortes em relação aos fatos que estão ocorrendo, mesmo porque o Brasil possui forte influência naquele país em face dos empréstimos feitos ao governo venezuelano. Além do mais, a Venezuela, como membro do MERCOSUL, fica obrigada a respeitar a cláusula democrática ou então ser submetida a sanções. Ora, a nossa Constituição Federal, em seu Art. 4º, bem como em outras partes, enfatiza a prevalência dos direitos humanos como necessária a atuação de nossa política externa, sendo que o princípio de autodeterminação não pode anular a defesa dos direitos humanos e as cláusulas democráticas.

Sala das Sessões, em

Senador **RONALDO CAIADO**  
Democratas/GO